

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1.1. Sociedades humanas, poder político e tributo.....	1
1.2. O Estado e os recursos necessários à sua manutenção.....	4
1.2.1. Tributo e redução de desigualdades.....	8
1.3. Poder e competência	15
1.4. Atribuição de competência e repartição de receita.....	17
1.5. Direito Público, Direito Financeiro e Direito Tributário.....	18
CAPÍTULO 2 – DIREITO TRIBUTÁRIO	21
2.1. Conceito de Direito Tributário	21
2.2. Posição, denominações e autonomia	22
2.3. Ciência do Direito Tributário e ramos do conhecimento não jurídico relacionados	24
2.3.1. A “Ciência do Direito Tributário”	25
2.4. Fontes do Direito Tributário	27
2.4.1. Explicações preliminares.....	27
2.4.2. Fontes materiais.....	28
2.4.3. Fontes formais	29
2.5. Tributo: conceito e espécies.....	30
2.5.1. Conceito de tributo	30
2.5.2. Espécies de tributo.....	39
2.5.2.1. Classificações possíveis	39
2.5.2.2. Impostos	39
2.5.2.3. Taxa	40
2.5.2.4. Contribuição de melhoria	41
2.5.2.5. Empréstimo compulsório	42
2.5.2.6. Contribuições.....	43
2.6. Tributação oculta.....	44
2.7. Funções do tributo	46

CAPÍTULO 3 – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	49
3.1. Noções gerais.....	49
3.2. Legalidade	51
3.2.1. Legalidade e medida provisória	55
3.3. Isonomia.....	55
3.4. Irretroatividade.....	57
3.5. Anterioridade.....	61
3.6. Não confisco	65
3.7. Liberdade de tráfego	67
3.8. Imunidades	68
3.8.1. Imunidades, isenções e não incidência.....	68
3.8.2. Imunidades e impostos.....	71
3.8.3. Imunidades do art. 150, VI, da Constituição Federal	71
3.8.4. Outras imunidades	80
3.9. Limitações dirigidas à União.....	81
3.10. Limitações voltadas a Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	83
3.11. O dever fundamental de pagar tributos.....	84
3.12. Outros princípios da tributação.....	84
3.12.1. Capacidade contributiva	85
3.12.2. Não cumulatividade	87
3.12.3. Seletividade.....	92
3.12.4. Progressividade.....	95
3.12.5. Praticabilidade	96
3.12.6. Vedação à bitributação e ao <i>bis in idem</i>	97
3.12.7. Segurança jurídica.....	99
CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	101
4.1. Conceito	101
4.2. Vigência e aplicação da legislação tributária.....	105
4.3. Interpretação da legislação tributária.....	108
4.4. Integração da legislação tributária.....	112
CAPÍTULO 5 – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	117
5.1. Conceito e espécies	117
5.2. Fato gerador.....	120
5.2.1. Norma geral antielisão	122
5.3. Sujeito ativo	129
5.4. Sujeito passivo	130

5.4.1. Solidariedade.....	133
5.4.2. Domicílio tributário	135
5.5. Responsabilidade tributária.....	136
5.5.1. Noções gerais.....	136
5.5.2. Responsabilidade de sucessores.....	141
5.5.3. Responsabilidade de terceiros.....	149
5.5.4. Responsabilidade por infrações.....	154
5.5.4.1. Denúncia espontânea	156
CAPÍTULO 6 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	163
6.1. Conceito e natureza jurídica.....	163
6.2. Constituição do crédito tributário pelo lançamento.....	165
6.2.1. Noções gerais.....	165
6.2.2. Modalidades de lançamento	170
6.2.2.1. Lançamento de ofício.....	170
6.2.2.2. Lançamento por declaração	172
6.2.2.3. Lançamento por homologação.....	172
6.2.3. Controle de legalidade do lançamento	176
6.3. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	182
6.3.1. Noções gerais.....	182
6.3.2. Moratória e parcelamento	182
6.3.3. Depósito de seu montante integral.....	186
6.3.4. Reclamações e recursos administrativos.....	187
6.3.5. Liminar em mandado de segurança e tutelas provisórias em outras espécies de ação judicial.....	189
6.4. Extinção do crédito tributário.....	191
6.4.1. Noções gerais.....	191
6.4.2. Pagamento	191
6.4.2.1. Considerações gerais	191
6.4.2.2. Imputação em pagamento.....	194
6.4.2.3. Consignação em pagamento.....	196
6.4.2.4. Pagamento indevido e restituição.....	198
6.4.2.4.1. A questão da restituição do indébito relativo a tributos ditos “indiretos”	200
6.4.2.4.2. Prazo aplicável e demais aspectos do pedido de restituição.....	209
6.4.3. Compensação.....	216
6.4.4. Transação.....	219
6.4.5. Remissão.....	220

6.4.6.	Decadência	221
6.4.7.	Prescrição	223
6.4.8.	Conversão do depósito em renda.....	225
6.4.9.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	227
6.4.10.	Decisão administrativa irreformável.....	228
6.4.11.	Decisão judicial passada em julgado.....	228
6.4.12.	Dação em pagamento.....	229
6.5.	Exclusão do crédito tributário.....	229
6.5.1.	Noções gerais.....	229
6.5.2.	Isenção	230
6.5.3.	Anistia.....	234
6.6.	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	235
CAPÍTULO 7 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		243
7.1.	Fiscalização. Fundamento constitucional e limites à sua atuação.....	243
7.1.1.	Dívida ativa.....	248
7.1.1.1.	O protesto de CDA	250
7.1.2.	Certidões de regularidade fiscal.....	251
CAPÍTULO 8 – EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA		255
8.1.	Noções gerais.....	255
8.2.	Impostos federais.....	257
8.2.1.	Imposto de importação.....	257
8.2.2.	Imposto de exportação	259
8.2.3.	Imposto de Renda.....	260
8.2.4.	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	269
8.2.5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros	271
8.2.6.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	273
8.2.7.	Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).....	275
8.2.8.	Impostos residuais e extraordinários.....	277
8.2.8.1.	Impostos residuais	277
8.2.8.2.	Impostos extraordinários.....	278
8.3.	Impostos estaduais.....	279
8.3.1.	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD).....	279
8.3.2.	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e à prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal (ICMS)	282
8.3.3.	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	289
8.4.	Impostos municipais	290

8.4.1.	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)...	290
8.4.2.	Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI).....	293
8.4.3.	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).....	294
8.5.	Taxas e contribuições de melhoria	299
8.5.1.	Taxas.....	299
8.5.2.	Contribuições de melhoria.....	303
8.6.	Empréstimos compulsórios.....	305
8.7.	Contribuições	306
8.7.1.	Noções gerais.....	306
8.7.2.	Contribuições e anterioridade	306
8.7.3.	Contribuições e lei complementar.....	307
8.7.4.	Espécies de contribuições.....	308
8.7.4.1.	Contribuições sociais	308
8.7.4.2.	Contribuições de custeio da seguridade social.....	309
8.7.4.2.1.	A não cumulatividade das contribuições PIS e COFINS	310
8.7.4.3.	“Outras” contribuições sociais.....	311
8.7.4.4.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	312
8.7.4.5.	Contribuições corporativas	313
8.7.4.6.	Contribuição de iluminação pública.....	314
8.8.	Simplex Nacional.....	316
CAPÍTULO 9 – ILÍCITO TRIBUTÁRIO.....		321
9.1.	Preliminarmente.....	321
9.1.1.	Sanção e prêmio.....	323
9.1.2.	Espécies ou classificações de sanções.....	325
9.1.3.	Cumulação de sanções administrativas e penais	327
9.2.	Penalidades administrativas em matéria tributária	329
9.2.1.	Fundamento constitucional para a imposição de uma penalidade pecuniária.....	329
9.2.2.	Infrações mais graves, multas mais pesadas.....	334
9.2.3.	Multa proporcional ao valor do tributo, quando este não é devido	336
9.2.4.	A alegada “responsabilidade objetiva” pela prática de infrações administrativas.....	338
9.2.5.	Conteúdo das sanções: critérios e limites	340
9.2.6.	Interpretação dos textos normativos que veiculam sanções.....	342
9.2.7.	Sanções administrativas e o princípio da legalidade.....	344
9.2.8.	Denúncia espontânea da infração.....	344

9.2.9.	Sanções administrativas e devido processo legal. As chamadas “sanções políticas”	346
9.2.10.	Descumprimento ao art. 212 do CTN por parte do Fisco e infrações decorrentes do desconhecimento da legislação.....	348
9.3.	Direito Penal Tributário	351
9.3.1.	Noções gerais.....	351
9.3.2.	Apropriação indébita previdenciária	351
9.3.3.	Excesso de exação.....	356
9.3.4.	Sonegação de contribuição previdenciária.....	357
9.3.5.	Descaminho	357
9.3.6.	Disposições da Lei 8.137/90.....	358
9.3.7.	Prévio exaurimento da via administrativa	362
9.3.8.	Lançamentos baseados em presunções e reflexos no âmbito penal.....	367
9.3.9.	Concurso de crimes e crime continuado.....	369
9.3.10.	A necessidade do dolo.....	370
9.3.11.	Denúncia genérica e crimes praticados no âmbito de pessoas jurídicas.....	372
9.3.12.	Inexigibilidade de conduta diversa.....	374
9.3.13.	Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	375
9.3.14.	Direito ao silêncio e o dever de informar	375

CAPÍTULO 10 – NOÇÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO 377

10.1.	Noções preliminares.....	377
10.2.	Lançamento.....	378
10.2.1.	Natureza e espécies.....	378
10.2.2.	Procedimento preparatório do lançamento de ofício revisional... 378	
10.2.3.	Lançamento. Requisitos	381
10.2.4.	Impugnação.....	382
10.2.5.	Julgamento de primeira instância	384
10.2.6.	Recurso voluntário e remessa de ofício.....	385
10.2.7.	Julgamento de segunda instância.....	385
10.2.8.	Recursos excepcionais.....	387
10.2.9.	Decisão administrativa definitiva e discussão judicial.....	388
10.2.10.	Decisão administrativa definitiva e rediscussão na via administrativa	389
10.2.11.	Agravamento da exigência e devido processo legal.....	390
10.2.12.	Inscrição em dívida ativa.....	391
10.3.	Processos de reconhecimento de direito.....	392

10.3.1. Noções gerais	392
10.3.2. Reconhecimento e cancelamento de imunidades e isenções individuais	392
10.3.3. Restituição e compensação.....	394
10.3.4. Moratória e parcelamento	395
10.3.5. Exclusão do Simples Nacional.....	396
10.3.6. Consulta fiscal	397
CAPÍTULO 11 – NOÇÕES DE PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	399
11.1. Aspectos fundamentais	399
11.2. Ações de iniciativa do fisco e ações de iniciativa do contribuinte	400
11.3. Ações de iniciativa do fisco.....	401
11.3.1. Execução fiscal.....	401
11.3.1.1. Corresponsáveis.....	402
11.3.1.2. Exceção de pré-executividade.....	405
11.3.1.3. Garantia da execução	405
11.3.1.4. Oposição de embargos e suspensão da execução.....	408
11.3.1.5. Honorários de sucumbência nas execuções não embargadas.....	409
11.3.1.6. Suspensão da execução e prescrição intercorrente.....	411
11.3.2. Cautelar fiscal	412
11.4. Ações de iniciativa do contribuinte	416
11.4.1. Embargos do executado.....	416
11.4.2. Mandado de segurança.....	420
11.4.2.1. Noções gerais.....	420
11.4.2.2. Cabimento em matéria tributária	422
11.4.2.3. Mandado de segurança e compensação	422
11.4.2.4. Mandado de segurança coletivo.....	424
11.4.2.5. Impetração preventiva e mandado de segurança contra “lei em tese”	425
11.4.2.6. Medida liminar.....	426
11.4.2.7. O pedido de suspensão de liminar e de suspensão de segurança.....	428
11.4.2.8. Participação do MP.....	429
11.4.2.9. Sentença e recursos	429
11.4.3. Ação anulatória	430
11.4.4. Ação declaratória.....	432
11.4.5. Ação de repetição do indébito	435
11.4.6. Ação de consignação em pagamento	438

11.5. Ações da coletividade	439
11.5.1. Nota distintiva	439
11.5.2. Ação popular.....	440
11.5.3. Ação civil pública.....	440
11.6. Controle concentrado de constitucionalidade.....	441
11.6.1. Natureza e finalidade.....	441
11.6.2. ADI e ADC.....	442
11.6.3. ADPF.....	444

CAPÍTULO 12 – NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO 447

12.1. Conceito de Direito Financeiro	447
12.2. Receita pública	450
12.2.1. Conceito.....	450
12.2.2. Espécies.....	451
12.2.2.1. Receitas extraordinárias e receitas ordinárias.....	451
12.2.2.2. Receitas originárias e receitas derivadas	451
12.2.2.3. Receitas correntes e receitas de capital.....	453
12.2.3. Repartição constitucional de receitas.....	454
12.3. Orçamento	455
12.3.1. Noções gerais.....	455
12.3.2. Espécies de orçamento.....	457
12.3.3. Orçamento e controle da atividade financeira do Estado.....	458
12.4. Despesa pública.....	458
12.4.1. Despesas correntes.....	459
12.4.2. Despesas de capital.....	460
12.5. Dívida pública	460
12.6. Princípios de Direito Financeiro	461
12.6.1. Princípio da exclusividade.....	461
12.6.2. Princípio da programação	461
12.6.3. Princípio do equilíbrio.....	462
12.6.4. Princípio da anualidade.....	462
12.6.5. Princípio da unidade.....	462
12.6.6. Princípio da universalidade.....	463
12.6.7. Princípio da legalidade	463
12.6.8. Princípio da transparência	463
12.6.9. Princípio da publicidade.....	464
12.6.10. Princípio da quantificação	464
12.6.11. Princípio da não vinculação.....	464

12.7. Algumas notas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	466
12.7.1. Aspectos gerais	466
12.7.2. Exigências relativas ao orçamento	467
12.7.3. Exigências relativas à receita pública (e à sua renúncia)	468
12.7.4. Exigências relativas à despesa pública	469
12.7.5. Transferências voluntárias	469
12.7.6. LRF e dívida pública	470
12.7.7. Transparência, controle e fiscalização na LRF.....	470
12.8. O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff e o Direito Financeiro.....	471
12.9. Estabelecimento de um teto para as despesas públicas	473
12.10. A sistemática de precatórios e o endividamento dos entes federativos periféricos.....	476
12.10.1. Adimplemento de Precatórios e Estado de Direito	479
REFERÊNCIAS	481
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	493